

1 Contexto Operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou "Dimed" e suas controladas (conjuntamente) a "Companhia", sediada em Porto Alegre / RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Dimed conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Brasília e Espírito Santo, além de 284 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A controladora é uma sociedade anônima listada na BM&F BOVESPA ("PNVL3", "PNVL4").

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Dimed.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de março de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Dimed. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras

separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são totalmente consolidadas, sendo incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as empresas Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda e Dimesul Distribuidora de Combustíveis Ltda.

Das transações realizadas entre as empresas controladas e a controladora, os saldos das contas, as receitas e despesas decorrentes destas transações, bem como os correspondentes lucros, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Dimed.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como Caixa e equivalentes de caixa, o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos de curto prazo considerados de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas, registrados ao valor de mercado.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Dimed classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto

aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Dimed compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber de clientes" (Nota 8) e "Demais contas a receber".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Dimed e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Dimed tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "resultado financeiro".

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de laboratórios registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os laboratórios, o valor líquido foi registrado no ativo na linha "Demais contas a receber".

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. São adotados os seguintes critérios para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Dimed, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Inicialmente a Dimed realiza análise para verificar se existe evidência objetiva de impairment, em caso positivo, o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Dimed pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Dimed. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante e por não representar ajustes significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras, não são trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, quando consideradas como necessárias pela administração.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 14.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de softwares. Os valores registrados como ponto comercial, são os desembolsos iniciais realizados pela Dimed para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 15.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas na sua totalidade como passivos circulantes, devido aos prazos de vencimentos usualmente negociados serem inferiores há um ano ou ao ciclo operacional normal.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente.

2.13 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Dimed tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Dimed tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco, com base no parecer dos advogados da Dimed, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritas na Nota 21.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, sendo calculados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Dimed.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia remunera seus colaboradores através do programa de Participação no Lucros e Resultados (PLR), onde são estabelecidas metas específicas do negócio, tendo como variáveis metas de vendas, rentabilidade dos produtos, despesas operacionais e lucro líquido. Esta remuneração é reconhecida como um passivo e uma despesa (com vendas ou administrativa) de participação nos resultados quando as metas pré-estabelecidas forem atingidas.

(b) Outros benefícios a empregados

Além da remuneração fixa concedida aos empregados e administradores (salários, contribuições previdenciárias, FGTS, 13º salário e férias) são disponibilizados plano de saúde privado, auxílio farmácia e auxílio creche, sendo registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que ocorreram.

2.17 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, caso ocorram, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago pela Dimed na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Dimed até que as ações sejam canceladas.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Dimed. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Dimed.

A Dimed reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. A Dimed baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias

As receitas de vendas de mercadorias realizadas diretamente aos seus clientes ou através de seu centro de distribuição são reconhecidas quando os valores de venda sejam mensuráveis de forma confiável, quando os custos incorridos em relação à transação sejam mensuráveis de forma confiável, que seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos e que os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

(b) Vendas de serviços

A Dimed presta serviços de venda de recarga de créditos para celular, aplicação de injeção e aferição de pressão aos seus clientes. A receita é reconhecida através do regime de competência.

(c) Ressarcimento com aportes

São classificados como outras receitas operacionais os valores ressarcidos pelos laboratórios de custos com aportes em locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Este ressarcimento é reconhecido no momento de seu recebimento, pois não reúnem as condições necessárias quando são realizadas as vendas pela Companhia.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras da Dimed usualmente derivam de aplicações em que a taxa efetiva de juros estão vinculadas à variação do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

2.19 Arrendamentos

- Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Dimed os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são caracterizados como arrendamento mercantil financeiro, sendo os ativos adquiridos através destes registrados no imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Estes ativos são depreciados pelas taxas mencionadas na Nota 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- Operacional

Os contratos de locação de unidades comerciais da Dimed são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos ao resultado do exercício como despesa operacional, conforme descrito na Nota 32.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais propostos" no Patrimônio Líquido. Os juros sobre o capital próprio são computados aos dividendos do período conforme previsto no Artigo 24 do Estatuto Social da Dimed. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é

adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. O IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras Entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Dimed incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a) Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centro de distribuição cujo prazo de vencimentos esteja próximo ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência através da análise individualizada por clientes.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da companhia, conforme nota 2.14, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

e) Programa de Fidelidade

A receita referente ao programa Fidelidade Panvel é diferida com base nas estimativas de resgate históricas dos últimos 12 meses dos pontos em aberto no programa. O valor justo dos pontos emitidos é calculado pelo saldo acumulado da quantidade estimada de pontos a serem resgatados no Programa Fidelidade multiplicado pelo seu valor unitário previsto no regulamento vigente ao final de cada exercício. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram no final do período de um ano subsequente ao da compra.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Dimed a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Dimed se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Dimed. A Dimed não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da empresa, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Administrativa. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Dimed contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Dimed. O Conselho de Administração e a Diretoria Administrativa estabelecem os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

A Dimed não atua internacionalmente, sendo esporádicas as operações envolvendo importação de insumos ou de ativos imobilizados e a exportação de mercadorias. Dessa forma, nossos ativos, passivos, receitas e despesas estão denominadas predominantemente em reais. A administração da Dimed não identifica que ela esteja exposta a risco cambial decorrente de variação no preço de moedas estrangeiras.

Devido às características de sua operação e de seu mercado, predominantemente nacional, a administração não possui uma política formal de gerenciamento de risco cambial.

A Dimed não possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estejam expostos ao risco cambial.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Dimed não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Dimed são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Dimed decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados (como CDBs). Os empréstimos emitidos e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2011 e 2010, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e

equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Dimed. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes das filiais de Varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Dimed para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Dimed não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Dimed, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento de Tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas correntes, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 26.194 (R\$ 16.641 em 2010) que se espera, gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Dimed, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	152.284	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	2.253	3.227	1.128	-
Financiamento Finame	1.066	1.547	492	-
Arrendamento Mercantil	45	-	-	-
Banco Regional de Brasília	282	-	-	11.472
Total	155.930	4.774	1.620	11.472

	Consolidado			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	151.758	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	2.253	3.227	1.128	-
Financiamento Finame	1.122	1.659	539	-
Arrendamento Mercantil	45	-	-	-
Banco Regional de Brasília	282	-	-	11.472
Total	155.460	4.886	1.667	11.472

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que escreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguidos de dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível variação de 25% e o cenário III uma variação de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no 475/08.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %		9,50	11,88	14,25
TJLP - %		6,00	7,50	9,00
	Aplicações Financeiras - Renda Fixa	1.642	2.053	2.464
	Financiamento BNDES Automático	(262)	(327)	(393)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Dimed ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Dimed para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Dimed pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Dimed monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Dimed tem como estratégia de negócio manter sua alavancagem financeira em patamares baixos. Em 31 de dezembro de 2010, especialmente devido a redução do saldo de caixa e equivalentes, a

dívida líquida da Dimed ficou em R\$ 2.482. Já em 31 de dezembro de 2011 os valores de caixa e seus equivalentes superaram o total de empréstimos em 9.163. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total dos empréstimos (Nota 18)	21.467	20.567
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(30.630)</u>	<u>(18.085)</u>
Dívida líquida	<u>(9.163)</u>	<u>2.482</u>
Total do patrimônio líquido	<u>199.243</u>	<u>173.034</u>
Total do capital	<u>190.080</u>	<u>175.516</u>
Índice de alavancagem financeira - %	(4,82)	1,41

O capital não é administrado ao nível da Dimed, somente no consolidado.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Segue abaixo tabela de classificação dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis		Empréstimos e recebíveis	
	2011	2010	2011	2010
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	124.908	113.046	126.660	114.693
Aplicações Financeiras – Renda Fixa	20.929	12.664	26.194	16.641
Caixa e equivalentes de caixa	9.701	5.421	10.128	5.668
	155.538	131.131	162.982	137.002
	Controladora		Consolidado	
	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	
	2011	2010	2011	2010
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	152.284	129.880	151.758	129.123
Empréstimos	21.647	20.567	21.682	20.596
Obrigações de arrendamento financeiro	45	267	45	267
	173.976	150.714	173.485	149.986

Controladora

As contas a receber e a caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis", as aplicações financeiras de renda fixa como ativos ao valor justo por meio do resultado, as contas a pagar e empréstimos são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	41.026	34.091	41.026	34.091
Grupo 2	53.650	56.084	55.176	57.384
Grupo 3	14.274	11.774	14.274	11.774
Total de contas a receber de clientes	108.950	101.949	110.476	103.249
Depósitos bancários de curto prazo	7.470	3.412	7.895	3.657
Total dos Depósitos bancários de curto prazo	7.470	3.412	7.895	3.657

- . Grupo 1 – créditos a receber de administradoras de cartão de crédito.
- . Grupo 2 – clientes existentes sem inadimplência nos últimos 12 meses.
- . Grupo 3 – clientes existentes com algumas inadimplências nos últimos 12 meses, sendo que as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Recursos em caixa (filiais do varejo)	2.231	2.009	2.233	2.011
Depósitos bancários de curto prazo	7.470	3.412	7.895	3.657
Aplicações Financeiras – Renda Fixa (*)	20.929	12.664	26.194	16.641
	30.630	18.085	36.322	22.309

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos de renda fixa estão detalhados na Nota 4.

8 Contas a receber de clientes

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber de clientes	81.339	75.328	82.910	76.654
Contas a receber de cartão crédito	41.026	34.091	41.026	34.091
Menos: provisão para PDD de contas a receber de clientes	(5.660)	(2.033)	(5.705)	(2.059)
Contas a receber de clientes, líquidas	116.705	107.386	118.231	108.686

A composição de contas a receber de clientes por vencimento :

	2011	2010
Até 30 dias	69.655	61.560
31 a 60	25.021	28.615
61 a 90	8.463	5.918
91 a 120	2.763	2.069
121 a 150	1.658	1.378
151 a 180	819	554
Mais de 180	571	1.855
	108.950	101.949

Vencidos e não provisionados		
Até 30 dias	5.240	6.662
31 a 60	413	1.520
61 a 90	353	789
	6.006	8.971
Outras contas a receber	7.409	654
Operações de Vendedor	-	(2.155)
Provisão para Credito de Devedores Duvidosos	(5.660)	(2.033)
Total Controladora	116.705	107.386
Contas a receber clientes (Lifar)	1.571	1.326
Provisão para Credito de Devedores Duvidosos	(45)	(26)
Total Consolidado	118.231	108.686

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo do Início do ano	(2.033)	(2.385)	(2.059)	(2.385)
Complemento de provisão no exercício	(7.890)	(770)	(7.930)	(796)
Valores baixados da provisão	4.263	1.122	4.284	1.122
Saldo final do ano	(5.660)	(2.033)	(5.705)	(2.059)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas de vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Dimed não mantém nenhum título como garantia.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Mercadorias para revenda	189.456	173.092	189.458	173.026
Produtos prontos	-	-	1.110	1.838
Matérias primas	-	-	2.386	1.805
Materiais de consumo/almoxxarifado	809	784	839	817
(-)Provisão para perdas nos estoques	(1.581)	(1.521)	(1.653)	(1.574)
	188.684	172.355	192.140	175.912

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo das vendas" da Companhia totalizou R\$ 1.055.199 (R\$ 934.349 em 2010).

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo do Início do ano	(1.521)	(911)	(1.574)	(991)
Complemento de provisão no exercício	(1.725)	(655)	(1.816)	(710)
Valores baixados da provisão	1.665	45	1.737	127
Saldo final do ano	(1.581)	(1.521)	(1.653)	(1.574)

10 Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda - Pessoa Jurídica -IRPJ	2.848	796	2.884	827
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	837	203	843	203
	3.685	999	3.727	1.030

11 Demais impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2011	2010	2011	2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	278	210	356	262
Programa de Integração Social - PIS	-	-	367	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	1.694	-
Imposto de renda retido na fonte sobre lucro líquido	191	191	191	191
Outros impostos	12	74	12	74
	481	475	2.620	527
Não Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	901	698	901	698
	901	698	901	698

12 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa de uso restrito (*)	1.502	1.361	1.502	1.361
Outros ativos	399	566	405	571
Total	1.901	1.927	1.907	1.932

(*) Este recurso foi concedido como garantia através de penhor cedular para o financiamento para capital de giro no valor de R\$ 11.754 (R\$ 11.472 em 2010) pelo Banco Regional de Brasília.

13 Investimentos em Controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

Controladora									
2010									
Capital Social	quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do período	Saldo Inicial em 1º janeiro	Resultado da Equivalência	Dividendos Recebidos	Total do Investimento	
Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda	500	499.999	99,99%	10.318	1.939	8.316	1.795	-	10.111
Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda	20	19.999	99,99%	1.060	69	991	69	-	1.060
					9.307	1.864	-		11.171
Controladora									
2011									
Capital Social	quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do período	Saldo Inicial em 1º janeiro	Resultado da Equivalência	Dividendos Recebidos	Total do Investimento	
Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda	500	499.999	99,99%	13.382	3.631	10.111	3.629	(567)	13.173
Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda	20	19.999	99,99%	1.149	89	1.060	89	-	1.149
					11.171	3.718	(567)		14.322

14 Imobilizado

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora:

CONTROLADORA	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2010									
Custo	15.703	3.987	9.910	17.506	13.196	2.590	-	11.152	74.044
Depreciação acumulada	(7.911)	(2.672)	(6.078)	(7.800)	(7.313)	(1.934)	-	(5.301)	(39.009)
Saldo Contábil líquido	7.792	1.315	3.832	9.706	5.883	656	-	5.851	35.035
Em 31 de dezembro de 2010									
Saldo Inicial	7.792	1.315	3.832	9.706	5.883	656	-	5.851	35.035
Aquisições	432	2.551	1.707	4.936	2.593	158	397	2.498	15.272
Baixas	-	(239)	(1)	(4)	(10)	(23)	-	-	(277)
Depreciações	(274)	(170)	(519)	(1.708)	(2.199)	(160)	-	(570)	(5.600)
Saldo Contábil líquido	7.950	3.457	5.019	12.930	6.267	631	397	7.779	44.430
Saldo em 31 de dezembro de 2010									
Custo	16.135	6.265	11.611	22.438	15.397	2.340	397	13.650	88.233
Depreciação acumulada	(8.185)	(2.808)	(6.592)	(9.508)	(9.130)	(1.709)	-	(5.871)	(43.803)
Saldo Contábil líquido	7.950	3.457	5.019	12.930	6.267	631	397	7.779	44.430
Em 31 de dezembro de 2011									
Saldo Inicial	7.950	3.457	5.019	12.930	6.267	631	397	7.779	44.430
Aquisições	5.742	1.353	2.294	5.009	2.863	162	273	3.686	21.382
Baixas	(9)	(7)	(26)	(169)	(34)	(79)	-	(229)	(553)
Depreciações	(138)	(272)	(606)	(1.634)	(1.590)	(173)	-	(715)	(5.128)
Transferências	513	-	-	-	-	-	(513)	-	-
Saldo Contábil líquido	14.058	4.531	6.681	16.136	7.506	541	157	10.521	60.131
Saldo em 31 de dezembro de 2011									
Custo	22.381	7.604	13.857	27.173	18.031	1.902	157	16.998	108.103
Depreciação acumulada	(8.323)	(3.073)	(7.176)	(11.037)	(10.525)	(1.361)	-	(6.477)	(47.972)
Saldo Contábil líquido	14.058	4.531	6.681	16.136	7.506	541	157	10.521	60.131

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado:

CONSOLIDADO	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2010									
Custo	15.703	5.492	10.220	17.732	13.330	2.633	-	12.939	78.049
Depreciação acumulada	(7.910)	(3.589)	(6.240)	(7.895)	(7.393)	(1.974)	-	(6.560)	(41.561)
Saldo Contábil líquido	7.793	1.903	3.980	9.837	5.937	659	-	6.379	36.488
Em 31 de dezembro de 2010									
Saldo Inicial	7.793	1.903	3.980	9.837	5.937	659	-	6.379	36.488
Aquisições	432	2.665	1.724	4.999	2.633	158	762	2.584	15.957
Baixas	-	(241)	(1)	(4)	(10)	(23)	-	-	(279)
Depreciações	(275)	(261)	(547)	(1.725)	(2.217)	(161)	-	(637)	(5.823)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(272)	272	-
Saldo Contábil líquido	7.950	4.066	5.156	13.107	6.343	633	490	8.598	46.343
Saldo em 31 de dezembro de 2010									
Custo	16.135	7.883	11.937	22.727	15.836	2.768	490	15.795	93.571
Depreciação acumulada	(8.185)	(3.817)	(6.781)	(9.620)	(9.493)	(2.135)	-	(7.197)	(47.228)
Saldo Contábil líquido	7.950	4.066	5.156	13.107	6.343	633	490	8.598	46.343
Em 31 de dezembro de 2011									
Saldo Inicial	7.950	4.066	5.156	13.107	6.343	633	490	8.598	46.343
Aquisições	5.742	1.913	2.311	5.025	2.934	225	305	3.841	22.296
Baixas	(9)	(7)	(27)	(169)	(34)	(79)	-	(230)	(555)
Depreciações	(138)	(395)	(627)	(1.655)	(1.609)	(175)	-	(796)	(5.395)
Transferências	513	-	-	-	-	-	(638)	125	-
Saldo Contábil líquido	14.058	5.577	6.813	16.308	7.634	604	157	11.538	62.689
Saldo em 31 de dezembro de 2011									
Custo	22.381	9.781	14.214	27.478	18.285	2.009	157	19.439	113.744
Depreciação acumulada	(8.323)	(4.204)	(7.401)	(11.170)	(10.651)	(1.405)	-	(7.901)	(51.055)
Saldo Contábil líquido	14.058	5.577	6.813	16.308	7.634	604	157	11.538	62.689

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

	<u>Taxa média depreciação (% a.a.)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imóveis prédios	3	3
Maquinas e equipamentos	6	6
Moveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	18	18
Veículos	20	20
Benfeitorias em prédios alheios	7	7

15 Intangível

a) Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora:

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2010				
Custo	10.724	3.287	12	14.023
Amortização acumulada	(6.220)	(3.132)	(8)	(9.360)
Saldo Contábil líquido	4.504	155	4	4.663
Em 31 de dezembro de 2010				
Saldo Inicial	4.504	155	4	4.663
Aquisições	1.793	294	-	2.087
Baixas	-	-	-	-
Amortizações	(1.774)	(224)	-	(1.998)
Saldo Contábil líquido	4.523	225	4	4.752
Saldo em 31 de dezembro de 2010				
Custo	12.517	3.404	12	15.933
Amortização acumulada	(7.994)	(3.179)	(8)	(11.181)
Saldo Contábil líquido	4.523	225	4	4.752
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo Inicial	4.523	225	4	4.752
Aquisições	2.357	1.525	-	3.882
Baixas	(175)	-	-	(175)
Amortizações	(1.575)	(127)	(2)	(1.704)
Saldo Contábil líquido	5.130	1.623	2	6.755
Saldo em 31 de dezembro de 2011				
Custo	14.292	4.957	12	19.261
Amortização acumulada	(9.162)	(3.334)	(10)	(12.506)
Saldo Contábil líquido	5.130	1.623	2	6.755

b) Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado:

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2010				
Custo	10.724	3.287	237	14.248
Amortização acumulada	(6.220)	(3.132)	(186)	(9.538)
Saldo Contábil líquido	4.504	155	51	4.710
Em 31 de dezembro de 2010				
Saldo Inicial	4.504	155	51	4.710
Aquisições	1.793	294	20	2.107
Baixas	-	-	-	-
Amortizações	(1.774)	(224)	(12)	(2.010)
Saldo Contábil líquido	4.523	225	59	4.807
Saldo em 31 de dezembro de 2010				
Custo	12.517	3.404	257	16.178
Amortização acumulada	(7.994)	(3.179)	(198)	(11.371)
Saldo Contábil líquido	4.523	225	59	4.807
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo Inicial	4.523	225	59	4.807
Aquisições	2.357	1.525	-	3.882
Baixas	(175)	-	-	(175)
Amortizações	(1.575)	(127)	(13)	(1.715)
Saldo Contábil líquido	5.130	1.623	46	6.799
Saldo em 31 de dezembro de 2011				
Custo	14.292	4.957	257	19.506
Amortização acumulada	(9.162)	(3.334)	(211)	(12.707)
Saldo Contábil líquido	5.130	1.623	46	6.799

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2011	2010
Locação de ponto comercial	25	25
Software	6	6
Marcas e fórmulas	10	10

16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativos				
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.153	334	1.177	338
Provisão para perdas em estoque	1.581	1.521	1.653	1.574
Provisão para indenizações trabalhistas	2.906	3.092	3.098	3.753
Provisão para riscos tributários	-	2.291	-	2.291
Provisão para riscos cíveis	2.047	1.632	2.327	1.632
Provisão para Programa Fidelidade	2.851	-	2.851	-
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Total	10.714	9.046	11.282	9.764
Imposto de Renda à alíquota 25%	2.679	2.261	2.821	2.441
Contribuição Social à alíquota 9%	964	814	1.015	879
Total impostos Diferidos Ativos	3.643	3.075	3.836	3.320
Passivos				
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07	775	948	775	948
Total	775	948	775	948
Imposto de Renda à alíquota 25%	194	237	194	237
Contribuição Social à alíquota 9%	70	85	70	85
Total impostos Diferidos Passivos	264	322	264	322

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da companhia e considerando a realização histórica dos ativos e passivos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	Ativo	Passivo
2012	2.112	157
2013	431	107
2014	431	0
2015	431	0
2016	431	0
	3.836	264

17 Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	50.142	42.330	51.569	43.230
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(17.048)	(14.392)	(17.533)	(14.698)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial - não dedutíveis	-	(93)	-	(93)
Participação dos administradores - não dedutíveis	(658)	(1.057)	(658)	(1.057)
Outras despesas não dedutíveis	(193)	(182)	(198)	(243)
Resultado equivalência patrimonial	1.264	634	-	-
Juros sobre o capital próprio - benefício	3.468	3.060	3.660	3.060
Realização de reserva de reavaliação	-	66	-	66
Incentivos fiscais - cultura - benefício	180	164	180	164
Incentivos fiscais - PAT - benefício	243	219	268	234
Incentivos fiscais - inovação tecnológica - benefício	-	-	79	62
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	48	48
Outras deduções	-	-	7	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(12.720)</u>	<u>(11.557)</u>	<u>(14.147)</u>	<u>(12.457)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.346)	(11.914)	(14.722)	(12.813)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>626</u>	<u>357</u>	<u>575</u>	<u>356</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(12.720)</u>	<u>(11.557)</u>	<u>(14.147)</u>	<u>(12.457)</u>

18 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média	% a.a.	Controladora		Consolidado	
			2011	2010	2011	2010
BNDES Automático	TJLP + 2,40% a	TJLP+ 4,30%	6.608	6.042	6.608	6.066
BNDES Finame	4,50 % a	TJLP + 3,40%	3.105	3.053	3.320	3.058
FIDE - capital de giro	0,25% IGP/DI a.a.+ 0,2% a.m.		11.754	11.472	11.754	11.472
			21.467	20.567	21.682	20.596
Circulante			3.601	3.013	3.657	3.030
Não circulante			17.866	17.554	18.025	17.566

O financiamento para capital de giro no valor de R\$ 11.754 (R\$ 11.472 em 2010) foi concedido através de penhor cedular no valor de R\$ 1.502 (R\$ 1.361 em 2010) pelo Banco Regional de Brasília, conforme especificado na Nota 12. Os contratos de empréstimo em vigor possuem cláusulas de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a dois tipos:

- a) BNDES Automático: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados;
- b) BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco.

Os saldos de empréstimos e financiamento apresentados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão apresentados pelo valor justo das operações.

19 Programa de Fidelidade

A Companhia possui um programa de fidelidade chamado Fidelidade Panvel, onde são pontuadas as compras realizadas nas lojas próprias da rede de Farmácias Panvel, pela tele-entrega Alô Panvel e/ou pelo site www.panvel.com.br. O critério de pontuação é de para cada R\$1,00 (hum real) em compras vale 3(três) pontos, sendo que cada 3 (três) pontos correspondem a R\$ 0,02 (dois centavos). Os pontos recebidos poderão ser trocados por produtos de perfumaria em todas as compras em qualquer loja própria da rede. O prazo de validade dos pontos é de um ano subsequente ao da compra, sendo zerados no ultimo dia do mês.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da receita diferida no Programa de Fidelidade é de R\$ 2.851 sendo classificado integralmente no curto prazo.

20 Obrigações de arrendamento financeiro

A Dimed possui obrigações originadas de contratos de arrendamento mercantil de equipamentos de informática, com prazos de 36 meses e taxas médias de CDI, sendo que os bens serão adquiridos no final do contrato pelo valor residual.

Em análise realizada pela Dimed estes contratos foram classificados como arrendamento mercantil financeiro, sendo registrados como ativos imobilizados pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Arrendamento Mercantil	222	45	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Arrendamento Mercantil	45	-	-	-

21 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Dimed, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão apresentados a seguir. Os processos considerados de perdas prováveis estão provisionados.

Abaixo segue quadro das ações cíveis, trabalhistas e tributárias que estão provisionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Cíveis	2.047	1.632	2.327	1.632
Trabalhistas	2.906	3.092	3.098	3.753
Tributárias	-	2.291	-	2.291
	4.953	7.015	5.425	7.676
Circulante	-	1.692	-	1.692
Não circulante	4.953	5.323	5.425	5.984
Depósitos judiciais	4.520	5.486	4.554	5.534

(a) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, cujo processo mais relevante refere-se a questionamento sobre possíveis diferenças de valores de aluguel de uma locação de imóvel, e trabalhista, onde podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Dimed não possui ações que individualmente represente valores relevantes ou significativos.

(b) Tributárias

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.291 em 2010), processos jurídicos tributários considerados pelos assessores jurídicos com o desfecho de perda provável.

A companhia possui em 31 de dezembro de 2011, ações de natureza cível e trabalhista provisionadas, cuja probabilidade de desfecho do processo seja de perda possível, de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, no montante estimado em R\$ 433 (R\$ 873 em 2010) para ações cíveis e trabalhistas.

22 Receitas diferidas – Subvenção/Investimentos

A companhia recebeu em dezembro de 2011, doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado a construção das instalações de um novo centro de distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, sendo reconhecido pelo valor de R\$ 5.021 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, haja vista que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

23 Benefícios fiscais de ICMS

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores jurídicos, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

24 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social da Dimed, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 170.000 (R\$ 148.000 em 2010) representado por de 4.128.059 ações ordinárias e 450.003 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

Foi aprovado aumento de capital, através de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, no montante de R\$ 22.000, mediante a incorporação da parcela da conta Reserva para Aumento de Capital no montante de R\$ 19.350 e parcela da conta Reserva Legal no valor de R\$ 2.650, sem emissão de novas ações. Adicionalmente, foi aprovada a utilização do saldo remanescente da Reserva para Aumento de Capital no valor de R\$ 962 para o cancelamento de 14.135 ações ordinárias escriturais de emissão da própria companhia, já anteriormente adquiridas e existentes em tesouraria em 31 de dezembro de 2010, sem diminuição do capital social.

(b) Reserva de Lucros

(i) Reserva para futuro aumento de capital

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24 clausula "c". O saldo desta reserva está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no mês de abril de 2012.

(ii) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e disposto à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2012.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 7.000 ações ordinárias nominativas e 480 ações preferenciais nominativas (14.135 ações ordinárias nominativas em 2010), adquiridas ao custo médio de R\$ 84,85 (em unidade de reais) e 83,82 (em unidade de reais), respectivamente, por ação (R\$ 67,8394 em 2010). O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 815. Os juros sobre o capital próprio não foram pagos ou creditados sobre estas ações.

(d) Remuneração dos acionistas

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária. De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Dimed calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		Data prevista p/pgto
				ON	PN	
Juros sobre capital próprio	RCA	09/08/2011	4.000	0,8659	0,9525	31/08/2011
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	21/12/2011	3.100	0,6717	0,7388	30/03/2012
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	21/12/2011	3.100	0,6717	0,7388	30/04/2012
Total			10.200			

A opção pela distribuição do Juros sobre o capital próprio reduziram a carga tributária da companhia em torno de R\$ 3.468 (R\$ 3.060 em 2010), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	37.422	30.773
Reserva Legal - 5%	(1.871)	(1.538)
Realização da Reserva de Reavaliação	276	272
Base de cálculo dos dividendos	35.827	29.507
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	8.956	7.377
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	10.200	9.000
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(1.244)	(1.623)
	8.956	7.377

25 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24).

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

2010			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.183.644	450.003	4.633.647
Quantidade ações em tesouraria ponderada	(7.801)	-	(7.801)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.175.843	450.003	4.625.846
% de ações em relação ao total	90,29%	9,71%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	27.784.605	2.988.580	30.773.185
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.175.843	450.003	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	6,6537	6,6412	

2011			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.132.629	450.003	4.582.632
Quantidade ações em tesouraria ponderada	(7.341)	(312)	(7.653)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.125.288	449.691	4.574.979
% de ações em relação ao total	90,18%	9,82%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	33.747.301	3.674.752	37.422.053
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.125.288	449.691	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	8,18059	8,17173	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

26 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vendas brutas de produtos e serviços	1.461.829	1.292.639	1.469.475	1.298.991
Impostos sobre vendas	(97.191)	(92.129)	(101.276)	(95.559)
Devoluções e descontos	(19.512)	(16.219)	(19.716)	(16.282)
Programa de fidelidade	(2.851)	-	(2.851)	-
Receita líquida	1.342.275	1.184.291	1.345.632	1.187.150

27 Despesas e participações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas e participações com vendas				
Despesas com pessoal e serviços terceiros	113.339	99.461	114.044	100.096
Despesas com aluguéis e leasing	31.719	26.516	31.744	26.537
Despesas com fretes	25.715	21.418	26.231	21.738
Despesas com taxas de cartão	14.130	12.122	14.130	12.122
Despesas com publicidade	9.586	8.053	9.826	8.123
Despesas com utilidades e serviços	8.505	7.024	8.511	7.030
Despesas com depreciação	6.319	7.012	6.560	7.228
Perdas de estoque	3.798	3.079	4.058	3.197
Participação dos empregados nos resultados	4.012	2.667	4.064	2.789
Despesas com manutenção	2.740	2.748	2.753	2.751
Participação dos administradores	1.622	2.637	1.622	2.637
Remuneração dos dirigentes	649	2.065	649	2.065
Outras despesas com vendas	17.680	5.843	17.837	6.058
	239.814	200.645	242.029	202.371
Despesas e participações administrativas				
Despesas com pessoal e serviços terceiros	20.934	17.678	21.689	18.258
Despesas com aluguéis e leasing	1.198	1.142	1.287	1.225
Despesas com manutenção	1.034	802	1.035	809
Despesas com depreciação	513	586	550	605
Participação dos empregados nos resultados	1.139	403	1.163	412
Participação dos administradores	314	471	314	471
Remuneração dos dirigentes	1.478	1.325	1.512	1.357
Outras despesas administrativas	2.020	1.202	1.994	1.158
	28.630	23.609	29.544	24.295

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ressarcimento de custos com aportes(*)	36.405	22.839	36.405	22.839
Receita outros serviços	1.335	473	1.376	482
Receita com aluguéis de imóveis	840	338	840	338
Vendas de ativo imobilizado	420	264	423	264
Ressarcimento de diferença de caixa	99	76	99	76
Custo Vendas Imobilizado	(344)	(27)	(346)	(27)
Deduções s/ outras receitas operacionais	(2.080)	-	(2.080)	-
Reversão de provisões constituídas	1.668	-	1.668	-
	38.343	23.963	38.385	23.972

(*)São classificados como ressarcimento de custos com aportes os valores recebidos pelos laboratórios pela locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidades

29 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas Financeiras				
Juros sobre ativos	1.718	2.551	1.760	2.554
Rendimento aplicações financeiras	2.096	1.597	2.645	1.931
Descontos financeiros obtidos	382	283	391	284
Variações monetárias	-	33	6	42
	4.196	4.464	4.802	4.811
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	4.734	4.796	5.027	5.008
Bonificações pagas	2.379	4.032	2.399	4.067
Juros sobre financiamentos	1.150	1.203	1.161	1.205
Despesas bancárias	1.398	1.131	1.406	1.138
Outras despesas financeiras	550	344	485	270
	10.211	11.506	10.478	11.688

Foram reclassificados os valores de R\$ 5.038 em 2011 (R\$ 3.509 em 2010) referentes a conta descontos concedidos do grupo de receitas e despesas financeiras para o abatimento destes valores da Receita líquida de vendas e serviços, pois tratam-se de descontos incondicionais concedidos aos clientes como parte integrante de negociação comercial.

30 Transação com partes relacionadas

(a) Saldos e transações

Os montantes das transações realizadas no ano de 2011 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores	-	-	1.425	1.523
Partes relacionadas - mútuo	1.113	1.020	-	-

	Dimesul Revendedora de Combustíveis Ltda		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda	
	2011	2010	2011	2010
Compra de mercadorias e serviços	-	-	17.346	14.826
Receita com prestação de serviços	-	-	117	127
Despesas financeiras	88	92	-	-

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores de venda de acordo com tabela de preços disponível ao mercado e prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2011	2010
Remuneração fixa	1.936	3.390
Encargos sociais	542	949
Participação nos resultados	1.936	3.108
Total	4.414	7.447

Estes valores estão apresentados nas rubricas "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado e detalhados na Nota 27.

31 Ônus, garantias e responsabilidades

A Dimed possui imóveis penhorados, como forma de garantia para processos. A tabela abaixo indica a posição destas garantias em 31 de dezembro de 2011:

Matrícula nº.	Descrição do imóvel	Descrição do processo	Valor contábil aquisição (R\$ mil)	Valor contábil depreciação (R\$ mil)	Valor contábil residual (R\$ mil)
8.332	Prédio Br 101 São José - SC	Processo nº 039.96.001736-2/004 de 27/11/2008	2.047	256	1.791
11.039	Conj. 1 Edifício Patriarca rua dos Andradas 1700e 1706, rua Dr. Flores 252 e 262	Processo 11080.005503/02004-87 Delegacia da Receita Federal	405	368	37
34.232	Prédio de alvenaria av. Azenha 699 Azenha Porto Alegre	Processo de Maria Tereza Diel e outros - Protocolo 444375 livro 1 03/06/2008 Garantia Pensão devida aos autores	46	13	33
946	Prédio de material Rua Santos Dumont, 487 – Centro Pelotas	Justiça do trabalho processo R6-946 Robson da Silva Terres 10/03/2009	45	22	23

A Dimed possuía em 31 de dezembro de 2011 fianças bancárias em aberto, beneficiando terceiros. Essas fianças têm basicamente dois objetivos:

- a) Compras: alguns fornecedores exigem a emissão de fiança a seu favor como garantia para as compras efetuadas pela Dimed. É um procedimento comum no mercado.
- b) Processos: fianças oferecidas como garantia de processos administrativos ou judiciais.

A tabela abaixo contém a abertura das fianças em vigor em 31 de dezembro de 2011:

Nº Contrato	Fiador	Beneficiária	Vencimento	Valor R\$ mil	Finalidade
04540048581/001	HSBC Bank Brasil S/A	ROCHE (Fornecedor)	15/03/2012	1.800	Compras
180536610	Banco Itau Unibanco Holding S/A	NOVARTIS (Fornecedor)	26/12/2012	1.960	Compras
2043205-5	Banco Bradesco S/A	FAZENDA PUBLICA FEDERAL	Indeterminado	850	Proc. Judicial 2009.71.00.035577-6
2.010.834-7	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DO RGS	Indeterminado	308	Proc. Administrativo nº 001038-14.00/03-1
2052315-8	Banco Bradesco S/A	FAZENDA PUBLICA FEDERAL	Indeterminado	450	Proc. Administrativo 11080.722652/2011-33
2053951-8	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DE SCA	Indeterminado	435	Proc. Administrativo nº 064.98.006082-0
Total				5.803	

32 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2011 a Dimed possuía 267 contratos de locação para suas unidades comerciais, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais são segregados em duas categorias: fixo ou variáveis. Sendo que os variáveis, possuem um valor mínimo, cabendo a Dimed a obrigação mensal, neste caso, do pagamento do maior valor entre os dois. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, em 31 de dezembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 194.649, assim distribuídos:

<u>Exercício</u>	<u>Valor Fixo</u>	<u>Valor variável (estimado)</u>
2012	15.517	15.960
2013	16.215	18.514
2014	16.945	21.476
2015	17.708	24.912
2016	18.504	28.898

33 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro [que são](#) contratadas considerando natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra Incêndio, Responsabilidade Civil, Transporte [de Carga, Veículos](#), dentre outras. Segue abaixo o LMI (Limite Máximo de Indenização) das principais apólices contratadas:

<u>Apólices</u>	<u>LMI</u>
	Tabela FIPE + Danos Morais + Dano
Apólice de Veículos	Materiais
Apólices de Incêndio	88.818
Apólices de Responsabilidade Civil	2.300
Apólice de Transporte	500 por veículo

34 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio.

Os segmentos da companhia estão divididos em Medicamento, Perfumaria e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	MEDICAMENTO		PERFUMARIA		CORPORATIVO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita líquida de vendas e serviços	963.597	868.551	378.678	315.740			1.342.275	1.184.291
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(747.683)	(679.477)	(312.052)	(257.015)			(1.059.735)	(936.492)
LUCRO BRUTO	215.914	189.074	66.626	58.725			282.540	247.799
Despesas com Vendas	(172.159)	(147.152)	(67.655)	(53.493)			(239.814)	(200.645)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	20.207	12.629	18.136	11.334			38.343	23.963
Despesas Administrativas					(28.630)	(23.609)	(28.630)	(23.609)
Resultado em Equivalência Patrimonial em Controladas					3.718	1.864	3.718	1.864
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	63.962	54.551	17.107	16.566	(24.912)	(21.745)	56.157	49.372
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>					(6.015)	(7.042)	(6.015)	(7.042)
Receitas financeiras					4.196	4.464	4.196	4.464
Despesas financeiras					(10.211)	(11.506)	(10.211)	(11.506)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	63.962	54.551	17.107	16.566	(30.927)	(28.787)	50.142	42.330
Corrente					(13.346)	(11.914)	(13.346)	(11.914)
Diferido					626	357	626	357
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.962	54.551	17.107	16.566	(43.647)	(40.344)	37.422	30.773

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas descritas na Nota 2 - Resumo das Principais Políticas Contábeis.

Os ativos e passivos por segmento de negócio não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da administração.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.
